

Aspectos políticos e econômicos da evolução da distribuição de renda desde a Segunda Guerra^a

Political and Economic Aspects of the Evolution of Income Distribution since World War II

Fernando Augusto Mansor de Mattos^b 

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Economia, Brasil

Resumo: As duas primeiras seções deste artigo descrevem como as modificações ocorridas na ordem financeira internacional constituída a partir do pós-segunda guerra impactaram em alterações na regulação social e no padrão de acumulação de capital, destacando seus efeitos sobre os perfis de distribuição de renda nos principais países capitalistas ocidentais. A terceira seção trata com especial atenção da magnitude e da natureza do processo de hiperconcentração de renda e de riqueza que vem caracterizando os anos 2000 e advoga pela necessidade de uma análise interdisciplinar deste fenômeno, fortalecendo o diálogo entre a Economia Política e a Ciência Política para compreender a complexidade desse aumento sem precedentes da desigualdade econômica. O artigo mostra que a relação entre Capitalismo e Democracia tem sofrido mutações nas últimas décadas, notadamente a partir dos anos 1980.

Palavras-chave: Desigualdade econômica. Distribuição de renda. Ordem financeira internacional desde 1945. Capitalismo Financeiro. Democracia.

Abstract: The first two sections of this article describe how the changes that occurred in the international financial order established after the Second World War impacted changes in the social regulation and in the pattern of capital accumulation, highlighting their effects on income distribution profiles in the main western capitalist countries. The third section pays special attention to the magnitude and nature of the process of hyperconcentration of income and wealth that has been characterizing the 2000s and advocates the need for a interdisciplinary analysis of this phenomenon, strengthening the dialogue between Political Economy and Political Science to understand the complexity of this unprecedented

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a Submissão: 12/02/2020 | Aprovação: 09/03/2023 | DOI: 10.22456/2176-5456.100468

O autor agradece a Marcus Ianoni (UFF) e ao economista e pesquisador da Universidade de Coimbra e do Ministério do Trabalho do Brasil, Tiago Oliveira, pelos valiosos comentários feitos a uma edição inicial deste artigo. Como de praxe, isenta-os de eventuais imprecisões ainda remanescentes.

^b fermatt1@hotmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

increase in economic inequality. The article shows that the relationship between Capitalism and Democracy has changed in recent decades, notably since the 1980s.

Keywords: Economic Inequality. Income Distribution. International Financial Order since 1945. Financial Capitalism. Democracy.

JEL: D31. D33. D63. E25. N30. P16.

“(...) inequality – both in the United States and around the world – is a problem that can only have a political solution”
(James Galbraith, 2018)

“Na democracia contemporânea, a desigualdade precisa ser vista como resultado da meritocracia, sem a qual a economia perderia dinamismo e todos seriam prejudicados. A desigualdade pode conviver com a democracia quando percebida como fruto do mérito e do trabalho, mas não como fruto do privilégio e do parentesco. Para serem democraticamente toleradas, as desigualdades precisam ser interpretadas como funcionais, não de todo injustas. É preciso ainda acreditar que todos melhoram, talvez em ritmos diferentes, mas que o futuro projeta melhor qualidade de vida para todos” (Resende, 2015).

1. Introdução

A segunda metade do século XX mostrou dois momentos distintos, quando comparados segundo o ponto de vista da trajetória do perfil distributivo nos países capitalistas desenvolvidos. Nesse período, as modificações ocorridas na ordem financeira internacional promoveram alterações importantes nos padrões de acumulação capitalista, que, por sua vez, moldaram diferentes trajetórias dos perfis de distribuição de renda e de riqueza dentro de cada país. Nos anos 2000, a manifestação de uma hiperconcentração de renda, sintetizada na “questão do 1% do topo da distribuição de renda”, representa um aprofundamento dos efeitos distributivos decorrentes das alterações da ordem financeira e geopolítica internacionais desde meados dos anos 1970 (e consolidadas pelas eleições de Thatcher, em 1979, e de Reagan, em 1980), período a partir do qual houve uma reversão dos perfis distributivos menos desigualitários que vinham sendo desenhados nas três décadas após 1945 (HOBSBAWM, 1995; PIKETTTY, 2014; ATKINSON, 1997; GLYN, 2005; PIKETTTY, 2020; 2022).

A ordem financeira que foi concertada no pós-II Guerra fundou-se na construção de diferentes modelos nacionais de Estados de Bem-Estar Social (Welfare States) nos países desenvolvidos, em um contexto em que o objetivo do pleno emprego era o determinante para a elaboração da política econômica (BOWLES; BOYER, 1990; GLYN, 1995). Esta “construção política” (HOBSBAWM, 1995, p. 276) durou cerca de 25 anos, entrando em crise e depois em colapso a partir de meados dos anos 1970, com a instabilidade gerada pela decisão dos EUA de abandonar o compromisso com a conversibilidade do dólar

em ouro e com a crise do petróleo de 1973. O cenário internacional ficou marcado pelas flutuações das taxas de câmbio e também pela inflação gerada pelos preços de energia. Do ponto de vista dos resultados econômicos, os anos 1970 iniciavam-se com inflação e aumento das taxas de desemprego na maioria dos países capitalistas. O “capitalismo organizado” (MATTOS, 1997) foi sucedido, por um lado, por uma configuração das relações econômicas internacionais fundamentada em uma crescente preponderância da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva do capital (CHESNAIS, 1996; BELLUZZO, 1996), e, por outro lado, por uma substituição do objetivo central da política econômica, que passou a ser o controle da inflação, e não mais a obtenção do pleno emprego (EPSTEIN; SCHOR, 1990; BELLUZZO, 2016). Nos anos mais recentes, a radicalização do processo iniciado em meados dos anos 1970 culminou no que Streeck (2018, p. 92) chama de “período da diplomacia financeira internacional após a crise de 2008”.

A ampliação da desigualdade na distribuição de renda pode ser medida pela ampliação da parcela da renda nacional que, na quase totalidade dos países desenvolvidos, foi sendo absorvida pelo 1% mais rico de cada país, principalmente depois da deflagração e dos rescaldos da crise financeira internacional, desencadeada no mercado subprime dos EUA, a partir de setembro de 2008, cujos efeitos se espalharam pelo mundo (PIKETTY; SAEZ, 2013).

Este artigo tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, compreender como as modificações da ordem financeira internacional impactaram na trajetória de distribuição de renda nos países capitalistas desenvolvidos, desde o início da segunda metade do século XX até os dias atuais. Uma vez feita essa avaliação, segue-se o segundo objetivo: advogar pela necessidade de se estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a Economia Política, a Sociologia e a Ciência Política, para se compreender os parâmetros em que se baseiam a trajetória de hiperconcentração da renda e da riqueza, em curso especialmente desde os anos 2000 (a desigualdade tornou a subir desde 1980, na maioria dos países – ou até um pouco antes). O debate recente sobre a desigualdade econômica e sobre a trajetória dos perfis distributivos tem sido notabilizado por colocar em discussão os fatores que têm determinado a magnitude e a natureza dos rendimentos do topo do 1% mais rico da pirâmide distributiva nos países capitalistas desenvolvidos¹.

¹ Dois compêndios reunindo artigos referentes ao comportamento dos “*top incomes*” (convencionados como rendimentos que fazem parte do 1% do topo - ou, em vários casos, suas subdivisões menores) das respectivas

O artigo está dividido em três seções, além desta Introdução. Na primeira seção, é feita uma breve apresentação dos fatores geopolíticos e econômicos que originaram o período de prosperidade socioeconômica dos chamados *Anos Dourados do Capitalismo* (1945-1975), ilustrada com dados comparativos da OCDE entre aquela fase histórica e a que lhe sucedeu. A segunda seção mostra como as modificações ocorridas na ordem financeira internacional do pós-1980 reverteram a trajetória de queda da desigualdade de renda que havia ocorrido ao longo dos Anos Dourados. Na terceira seção, os argumentos visam a demonstrar a necessidade, decorrente do aprofundamento das desigualdades de renda e de riqueza, de se estabelecer um diálogo interdisciplinar, sobretudo entre a Economia Política e a Ciência Política, para interpretar a natureza e a magnitude do processo de hiperconcentração da renda e da riqueza, resultante das mudanças ocorridas não somente no padrão de acumulação capitalista, em curso desde os anos 1980, como também no papel que passou a ser exercido pelas instituições democráticas para a conformação de perfis distributivos crescentemente desigualitários a partir dos anos 2000. Nas conclusões, breves comentários reforçam a necessidade de diálogo entre a Economia Política e a Ciência Política para compreender a natureza e a magnitude do nível e da trajetória da desigualdade econômica atual.

pirâmides distributivas dos países fazem parte de esforços conjuntos desenvolvidos por equipes de pesquisa sobre o tema foram publicados nos primeiros anos do século XXI. Essas publicações dariam ensejo, posteriormente, a novos estudos sobre os altos rendimentos, investigando a realidade econômica de países de vários continentes. Essas publicações refletiam o reconhecimento, na academia internacional, de que, para compreender a desigualdade econômica atingida nos anos 2000, seria fundamental estudar a trajetória e a magnitude dos rendimentos (de diversas fontes) dos ricos e dos muito ricos. Os referidos compêndios foram os organizados por Anthony Atkinson e seu discípulo Thomaz Piketty, a saber: Atkinson e Piketty (2007) e Atkinson e Piketty (2010). Também merece destaque contribuição metodológica seminal publicada por Atkinson (2007), no referido compêndio. Da mesma forma, Piketty e Saez (2006), Atkinson, Piketty e Saez (2011) e Alvaredo *et al.* (2013) merecem destaque entre os inúmeros estudos deste grupo de pesquisadores, colocando o tema dos “*top incomes*” em longa perspectiva histórica. Também Galbraith (2016) organiza esta discussão, em obra forjada no grupo de pesquisa por ele liderado na Universidade do Texas. A explicitação do fenômeno dos “*top incomes*” foi viabilizado pelo surgimento de diversos grupos de pesquisa reunindo pesquisadores e estudiosos do tema nas mais diversas universidades europeias e americanas, que desenvolveram técnicas para extrair, tratar e analisar dados notadamente dos rendimentos do topo das pirâmides distributivas. Entre esses grupos, merecem destaque especialmente o projeto da Universidade do Texas, intitulado “University of Texas Inequality Project” (UTIP), comandado pelo economista James Galbraith, ou a base de dados organizada pelo economista Tomas Piketty na Paris School of Economics (WID – World Inequality Database), que também publica anualmente o World Inequality Report, que apresenta dados e discute a questão da desigualdade em dezenas de países e também a desigualdade mundial da renda. Também vale o registro da base de dados que começou a ser organizada há décadas por Angus Maddison (Maddison World GDP Series), e ainda as informações e séries históricas da UNIDO (United Nations International Development Organization).

Os argumentos deste artigo procuram articular as relações entre a Política e a Economia tendo como referência, principalmente, as formulações do economista Michael Kalecki sobre o tema, em seu célebre artigo “Aspectos Políticos do Pleno Emprego” (KALECKI; 1943), trabalho clássico, de referência tanto para a área de Economia Política como também para a de Ciência Política. A necessidade deste diálogo entre estas duas importantes áreas do conhecimento humano para a compreensão da complexidade do atual processo de concentração da renda e da riqueza foi destacada por Streeck (2011, p. 9), citando o supra referido trabalho de Kalecki:

In a seminal essay, Michał Kalecki identified the ‘confidence’ of investors as a crucial factor determining economic performance. (...). Investor confidence, according to Kalecki, depends on the extent to which current profit expectations of capital owners are reliably sanctioned by the distribution of political power and the policies to which it gives rise. (...) Kalecki’s perspective makes it possible to model a capitalist economy as an interactive game, as distinguished from a natural or machine-like mechanism. In this perspective, the point at which capitalists react adversely to non-market allocation by withdrawing investment need not be seen as fixed and mathematically predictable but may be negotiable. For example, it may be set by a historically changeable level of aspiration or by strategic calculation. This is why predictions based on universalistic, i.e., historically and culturally indifferent, economic models so often fail: they assume fixed parameters where in reality these are socially determined.

Em obra posterior, Streeck (2018) postula que foram os capitalistas, e não os trabalhadores, que atuaram, pelo menos desde meados dos anos 1970, para a demolição da ordem democrático-capitalista estabelecida nos países desenvolvidos pela Conferência de Bretton Woods², forçando a dissolução do “casamento forçado” (ocorrido nos Anos Dourados) entre Democracia e Capitalismo. Segundo o sociólogo alemão, esse descasamento promoveu a vitória do neoliberalismo sobre o capitalismo do pós-guerra, causando efeitos muito evidentes sobre o perfil distributivo (STREECK, 2018, p. 99).

A compreensão da natureza do recente processo de concentração da renda e da riqueza deve iniciar-se pelo entendimento das transformações observadas na ordem financeira internacional desde meados da segunda metade do século XX, que têm revelado nítidos (e complexos) desdobramentos políticos até os dias atuais.

² A conferência de Bretton Woods ocorreu em julho de 1944, na cidade que lhe deu nome, no estado de New Hampshire, nos EUA. Sua principal preocupação era desenhar novas normas e instituições que regeriam as relações econômico-financeiras internacionais no pós-guerra.

No século XXI, a concentração intensificou-se mais ainda, conforme pretendemos mostrar, tornando mais urgente, complexo e necessariamente interdisciplinar o debate sobre a desigualdade econômica.

2. O cenário do pós-Segunda Guerra e a trajetória econômica dos anos dourados

O sistema financeiro internacional que emergiu da Conferência de Bretton Woods e o cenário geopolítico definido pelo contexto da Guerra Fria abriram espaço para que os países capitalistas desenvolvidos adotassem políticas econômicas que levaram a maioria deles a situações próximas do pleno emprego (GLYN, 1995).

Estava claro na mente dos representantes dos 44 países que dela tomaram parte que era preciso a todo custo evitar a repetição de erros que haviam sido cometidos em Versalhes, nas reuniões de pacificação e reparação que encerraram a Primeira Guerra Mundial. Os equívocos a serem evitados residiam principalmente na instabilidade cambial e na “revanche” simbolizada pelas sanções econômicas aos perdedores, sobretudo o Império Alemão. Naquele momento (1944), já se mostrava evidente qual seria o desfecho geopolítico da Segunda Guerra e quem venceria o conflito bélico. Os horrores do próprio conflito e as reminiscências do que ocorrera no entreguerras (a *Grande Depressão* e a instabilidade política que acometeu os principais países, culminando com a emergência de governos totalitários e com o advento de uma Segunda Guerra Mundial) moldariam as decisões tomadas nas reuniões da Conferência. Do ponto de vista ideológico, conforme lembra Belluzzo (1995), a hegemonia liberal estava superada e, embora as ideias de Keynes não tenham prevalecido em sua totalidade, suas sugestões em favor do estabelecimento de controles dos fluxos financeiros internacionais³ e de acordos para dotar de certa estabilidade as relações cambiais entre as principais moedas acabaram sendo acatadas, constituindo o cerne do que ficou conhecido

³ Os controles estabelecidos sobre os fluxos de capitais financeiros internacionais foram decisivos para evitar instabilidade das taxas de câmbio entre as principais moedas, um dos fatores que conturbou o cenário econômico internacional que havia caracterizado o pós-primeira guerra. Nesse sentido, Belluzzo (2009) mostra que a estabilidade cambial construída em Bretton Woods representou um elemento decisivo para as exitosas políticas econômicas de pleno emprego e para o desenvolvimento econômicos dos países: “A lógica do controle de capitais que prevaleceu nos anos 50/60 permitiu que as economias pudessem crescer de maneira mais ou menos equilibrada, gerando, não por acaso, aquilo que se convencionou chamar de “milagre alemão”, “milagre japonês”, “milagre italiano”...Tudo ancorado na arquitetura de um capitalismo domesticado, quer dizer, do capitalismo controlado politicamente pela intervenção do Estado de cada país. Essa institucionalidade impediu que fossem reproduzidas as crises dos anos 1920, e até mesmo as crises do final do século XIX em boa parte do século XX”. (p. 285)

como o regime de Bretton Woods, que conformou a ordem financeira internacional do pós-segunda guerra.

O contexto da Guerra Fria moldou o papel exercido pelos EUA e pelas forças políticas ligadas aos interesses dos capitalistas nos países europeus inicialmente em reconstrução e depois em recuperação. A rivalidade com um sistema ideologicamente antagônico e que mostrava sucesso inicial, como a sociedade soviética (que rapidamente se recuperou dos escombros do conflito) e os países a ela aliados, tornou mais condescendentes tanto a postura dos partidos conservadores europeus como a da Diplomacia dos EUA, país indisputavelmente hegemônico no novo cenário internacional. Desta forma, viabilizou-se um pacto político que tinha no desenvolvimento de sistemas nacionais de bem-estar social (Welfare States) uma de suas características-chave, cuja construção apoiou-se na adoção de políticas tributária e fiscal progressivas. A própria regulação financeira de Bretton Woods e a situação de busca (exitosa, na maioria dos casos) do pleno emprego também constituíram fatores decisivos do período. Da mesma forma, configurava-se uma nova regulação das relações entre capital e trabalho (MATTOS, 2009), que seria decisiva para a expansão dos mercados internos nos países e para a geração de demanda para os setores industriais que estavam se reconstruindo ou se instalando.

O regime financeiro internacional então estabelecido tornou viável a manutenção das taxas de juros reais em patamares baixos nos países europeus, o que, ao lado do cenário de baixo preço das commodities e de estabilidade das taxas de câmbio permitiu que as economias capitalistas desenvolvidas percebessem a convivência de elevados ganhos salariais com inflação estável⁴, embora não muito baixa⁵.

A literatura histórica sobre o período costuma denominar de fordismo o sistema produtivo que embalou a expansão das atividades empresariais, mas existe uma forma mais ampla de definir o “fordismo”, que se dá pelo reconhecimento de

⁴ Havia tolerância social e política com a inflação, em favor de maior determinação em favor do objetivo de pleno emprego. Nesse sentido, é muito bem urdida a citação feita por Streeck (2018, p. 80), lembrando que o candidato a primeiro-ministro alemão (Helmut Schmidt) fez campanha em 1976 com o slogan: “Antes 5% de inflação que 5% de desemprego”.

⁵ Trata-se do que Morlin e Bastos (2018) chamaram de “*creeping inflation*”, ou seja, taxas de inflação moderadas e persistentes, mas sem tendência aceleracionista, as quais, em um contexto macroeconômico como o acima mencionado (de crescimentos importantes do PIB), permitiam que o poder de barganha dos trabalhadores se estabelecesse em um patamar elevado, de tal forma que os salários reais cresciam em linha (ou acima, em alguns anos) com os então expressivos ganhos de produtividade sistêmica das economias.

que, mais do que uma organização da produção, o mesmo significou uma “construção social”, através da qual o Estado era fiador das negociações coletivas entre o capital e o trabalho, e também ele mesmo um investidor importante, estimulando, na prática, os investimentos privados (chamados de “formação bruta de capital fixo”, eles mais altos naquela era do que nas décadas seguintes, conforme mostram os dados da Tabela 1), que sucediam os investimentos públicos feitos em infraestrutura. Da mesma forma, a constituição dos Estados de Bem Estar Social, que produziram oferta crescente de bens e serviços públicos - muitos dos quais “*labor intensive*”, ou seja, geradores de renda e de elevada quantidade de postos de trabalho no setor público (ATKINSON, 1995; MATTOS, 2009) -, também acabaria tendo um papel decisivo na ampliação sistêmica do poder de barganha dos trabalhadores em todo o mercado de trabalho, de resto também impulsionados pelo próprio fortalecimento da Democracia (LEE, 2005).

Sob o regime “fordista”, os Estados Nacionais elaboraram políticas tributária⁶ e fiscal progressivas, que promoviam o financiamento de serviços públicos universalizados. Estas políticas tiveram papel decisivo na redução das diferenças de rendas geradas nos mercados de trabalho, de tal modo que, medidas após a incidência de impostos⁷, tornavam-se significativamente menores⁸ do que quando medidas em relação aos rendimentos brutos gerados pelo setor privado nos mercados de trabalho.

⁶ Ou seja, de incidência de alíquotas mais altas para as camadas mais ricas da população, e gastos públicos em transferências sociais e na ampliação e universalização da oferta de bens e serviços públicos.

⁷ E também das transferências sociais (políticas também construídas pelo regime democrático do pós-segunda guerra), estas destinadas aos segmentos mais próximos da base da pirâmide distributiva.

⁸ Os cálculos de desigualdade de renda informados por indicadores-síntese, como, por exemplo, o Índice de Gini, mostram que, na maioria dos países europeus desenvolvidos, a desigualdade, calculadas pelas rendas líquidas (ou seja, após a incidência de impostos pagos e de transferências recebidas) era cerca de 40% menor do que as calculadas nas amostras de rendas brutas (OECD, 2008).

Tabela 1 – Taxa de formação bruta de capital fixo (variação percentual)

Décadas e anos	Países industrializados	Estados Unidos	Europa	Japão
60's	5,0	4,0	4,6	12,5
70's	4,2	3,8	3,8	8,5
80's	3,1	2,8	2,9	6,1
90's	3,3	3,0	2,8	4,0
2000-2004	n.d.	1,8	2,4	3,2
2004-2019	1,9	1,7	1,1	0,4

Fonte: dados até 2000-04 foram extraídos de Glyn 2005; dados do período 2004-2019 foram calculadas pelo autor a partir de consulta ao compêndio da OCDE, intitulado OECD Economic Outlook (2020); annex table 5 (*Real total gross fixed capital formation*).

(*) países industrializados referem-se aos países que compõem a OCDE.

A partir da década de 1970, a trajetória de queda das taxas de formação bruta de capital fixo (Tabela 1) foi acompanhada também de reduções significativas das taxas de crescimento da produtividade horária do trabalho, conforme mostra a Tabela 2. A perda de dinamismo econômico também seria acompanhada, nas décadas seguintes, de uma mudança também significativa dos perfis distributivos dos países. Os fatores determinantes da maneira pela qual os ganhos sistêmicos de produtividade foram repartidos nas décadas seguintes são temas das próximas seções.

Tabela 2 – Taxa média anual de crescimento da produtividade horária do trabalho (1960-2019)

	1960-1973	1973-1979	1979-1990	1990-2004	2004-2019
EUA	2,6	1,1	1,2	2,0	1,8
Europa (*)	5,4	3,4	2,3	2,1	1,2
Japão	6,6	3,9	1,8	1,0	0,4

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do OCDE Economic Outlook (diversas edições).

(*) Euro Area, segundo definição do Economic Outlook.

3. A ordem globalizada e financeirizada pós-1980 e seus efeitos distributivos

Em meados dos anos 1960, algumas contradições latentes na ordem internacional construída em Bretton Woods começam a se manifestar, ao mesmo

tempo em que as relações de poder entre as classes sociais passavam a tomar novas formas e o perfil distributivo, novos rumos⁹.

A hegemonia militar, econômica e financeira dos EUA impôs o dólar como a moeda central do sistema, derrotando a proposta de Keynes (formulada e divulgada na Conferência de Bretton Woods) de criação de uma verdadeira moeda internacional (o bancor, emitido pelo FMI, na sua sugestão). Em contrapartida, os EUA “ofereceram” a garantia da estabilidade cambial, prometendo a conversibilidade do dólar em ouro a uma paridade fixa. As demais moedas, então, ficariam atreladas ao dólar, em taxas de câmbio estáveis – e, assim, também atreladas (embora indiretamente) ao ouro.

A credibilidade do sistema cambial internacional, portanto, dependia de que o crescimento da oferta de dólar não superasse a produção mundial de ouro; por outro lado, a expansão da liquidez internacional dependia da expansão do déficit do balanço de pagamentos dos EUA. Esse era o chamado “Dilema de Triffin”¹⁰.

Já nos anos 1960, porém, o compromisso com a paridade acordada em Bretton Woods começou a colidir com os interesses geopolíticos da nação hegemônica, colocando constrangimentos à expansão dos gastos militares (que se ampliavam tanto na Europa quanto na Ásia) e também à crescente internacionalização da grande empresa americana (KINDLEBERGER, 1970; KOZUL-WRIGHT, 1995). A contestação, por parte de alguns países (notadamente a França), da vantagem desfrutada pelos EUA, por serem os emissores de moeda internacional de fato, colocava pressão sobre a conversibilidade do dólar.

A “solução” encontrada pelos EUA foi o anúncio¹¹ de que estavam abandonando a conversibilidade do dólar em ouro, o que provocou o início de um processo de instabilidade das taxas de câmbio e de ameaça à centralidade do dólar. Em 1979, o FED percebeu o momento em que a “corrida” contra o dólar deveria ser obstaculizada e, para isso, decretou uma repentina e vertiginosa subida da taxa

⁹ Streeck (2018, p. 73), com base no já mencionado trabalho de Kalecki (1943), comenta que esse período de transição revela a preocupação de certos setores do Capital em dar uma resposta àquela situação de pleno emprego, que conferia elevado poder de barganha aos trabalhadores.

¹⁰ Triffin (1960) alertava para a contradição entre a expansão da liquidez internacional (que dependia da expansão do déficit do balanço de pagamentos dos EUA) e a crise de credibilidade da conversibilidade do dólar. Ao longo dos anos 1960, já se mostravam evidentes as crescentes desproporções entre as reservas em dólar em posse nos países e os estoques americanos em ouro.

¹¹ A resposta americana viria em agosto de 1971, quando o presidente Nixon anunciou, em cadeia de TV, que o governo americano estava se desvencilhando deste constrangimento, ou seja, abandonando o compromisso de converter os dólares em posse dos outros países em ouro de suas (americanas) reservas.

de juros. Esta decisão, em cenário já então marcado por uma significativa desregulamentação dos movimentos internacionais de capitais financeiros, que vinha ocorrendo, pelo menos, desde o início dos anos 1970, provocou uma decisão quase imediata, por parte dos demais Bancos Centrais, de igualmente subirem as suas respectivas taxas de juros, sob pena de serem punidos com fugas de capitais e desorganização de suas economias internas. Com essa medida, os EUA atingiram seu objetivo de fortalecer sua própria moeda, consolidando sua função de reserva de valor, e financiaram seus déficits através da atração da riqueza financeira internacional; desta forma, porém, enterraram definitivamente as convenções definidas em Bretton Woods (BELLUZZO, 1995; MATTOS, 2009).

A instabilidade cambial e o aumento generalizado das taxas reais de juros deterioraram as bases das políticas de pleno emprego¹², que caracterizara o período anterior. A rigor, a ordem mundial percebeu, daí em diante, a mudança de um regime em que as finanças internacionais eram administradas para um sistema dali em diante baseado em um contínuo e crescente processo de “finanças liberalizadas”¹³ (MATTOS, 2009, p. 53). Os variados circuitos de valorização financeira do capital provocaram mudanças importantes no padrão de acumulação capitalista, ao redefinirem os critérios para as tomadas de decisões acerca dos investimentos produtivos, confrontadas com as alternativas de valorização financeira (não raramente mais rápidas e rentáveis) do capital¹⁴. A acumulação predominantemente financeira do capital (CHESNAIS, 1996) mostrou-se nefasta para o crescimento do emprego e da renda, ainda mais diante do aumento

¹² Streeck (2018), comentando sobre a reação conservadora do período, alertava que, para os capitalistas, interessava que a mudança de cenário “pressupunha que o Estado fosse impedido de garantir o pleno emprego por meio de instrumentos keynesianos” (STREECK, 2018, p. 73).

¹³ Kregel (1996) sublinha que o que distingue o processo de globalização em curso desde a década de 1980 do processo de globalização que se verificou um século antes é o fato de que, no caso mais recente, a globalização tem como “força predominante” a esfera financeira e não a comercial.

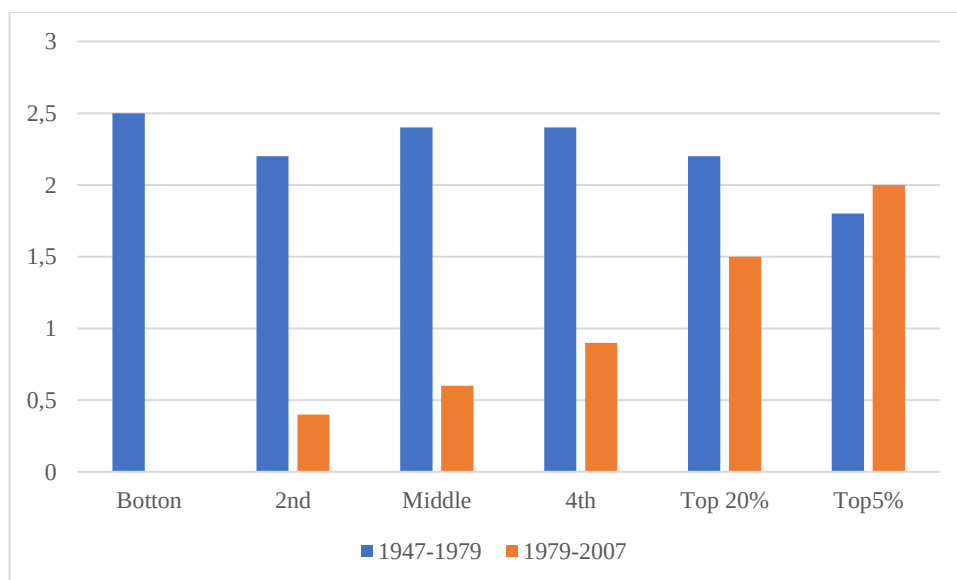
¹⁴ Para problematizar a questão das decisões de investir (na produção, por suposto) sob a ordem financeirizada, Belluzzo (1996) cunhou a expressão despotismo dos estoques, quando afirma: “Os novos fluxos de riqueza estão completamente submetidos ao despotismo dos estoques”, o que significa que a elevada liquidez e rentabilidade dos ativos financeiros (bem como a segurança de que eles gozam) tendem a demover os administradores das grandes empresas a abrirem mão da liquidez financeira em favor dos riscos do investimento na ampliação da capacidade produtiva ou no simples aumento da produção, com reflexos sobre a produção e o emprego. Na mesma linha, Wade (2014) destaca o papel disruptivo da ascensão das finanças como fator mais destacado sob o atual padrão de acumulação capitalista: “(...) *the huge returns to financial operations distort business incentives, channelling investment away from productive uses into redistributive uses such as mergers and acquisitions, private equity funds, property and financial engineering, which focus more on transfers of ownership of existing assets rather than creation of new ones*” (WADE, 2014; p. 116).

generalizado das taxas de juros e da correspondente instabilidade nos mercados de câmbio e de crédito (BELLUZZO, 2009, 2016; GLYN *et al.*, 1990).

Desta forma, os anteriores mecanismos de geração de emprego e renda mostraram progressivo desgaste e, como mostra a Tabela 3, também houve impacto da dinâmica de acumulação sobre as trajetórias dos ganhos de produtividade. O aumento dos preços do petróleo e da maior parte das demais matérias-primas do setor manufatureiro elevavam os custos das empresas e provocavam uma inflação não somente mais alta do que a dos tempos da “*creepling inflation*”, mas também de outra natureza, pois impeditiva, diante daquele novo (porém, mais instável e incerto) cenário econômico/financeiro, de manter o ciclo virtuoso entre ganhos reais de salários e aumento da produtividade horária do trabalho.

Os efeitos comparativos da mudança de regime de acumulação sobre os perfis distributivos podem ser ilustrados pelo Gráfico 1, no qual se verifica uma significativa mudança nas respectivas trajetórias de renda média por estratos do perfil distributivo, comparando-se o período 1947-1979 (representando os “anos dourados”) e o período 1979-2007 (de duração semelhante ao anterior, e representando o período da “financeirização da riqueza”) nos EUA.

Gráfico 1 - Variação percentual média anual da renda familiar média nos EUA



Fonte: Economic Policy Institute. Citado por Boushey e Price (2014, p. 6).

Outra forma de compreender (e comparar) a maneira pela qual se operou a repartição da renda criada em cada momento histórico é estudar como se distribuíram os ganhos sistêmicos de produtividade em cada período.

A Tabela 3 define o conceito de produtividade horária do trabalho¹⁵, cuja interpretação sintetiza as principais diferenças entre os períodos examinados, abrindo espaço para a compreensão da evolução diferenciada das trajetórias de desigualdade antes e depois dos anos 1980. Conforme se percebe, o cenário descrito pelos indicadores¹⁶ do período 1960-1973 já mostrava sinais de reversão a partir dos anos 1970 (comparar o período 1960-1973 com o período 1973-1983 e os seguintes).

A deterioração das condições macroeconômicas debilitou a capacidade de as economias capitalistas desenvolvidas praticarem uma trajetória robusta de crescimento da produtividade horária do trabalho a cada período selecionado, em comparação à realidade expressa pelos indicadores dos Anos Dourados¹⁷. Da mesma forma, o ritmo cada vez mais fraco de redução das jornadas de trabalho¹⁸ simboliza especialmente a progressiva perda de poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores em promover redução da jornada de trabalho (sem redução dos salários reais) (MATTOS, 2000) - o que também contrasta com o que ocorria durante os tempos do “capitalismo organizado” (MATTOS, 1997; MATTOS, 2005; BELLUZZO, 2016; GLYN, 1995; 2006).

Uma comparação tomando-se dois períodos mais longos e semelhantes revela que, nos anos mais recentes (aqui simbolizado pelo intervalo 1994-2017), o produto interno bruto e o nível de emprego nos países desenvolvidos exibiram resultados bastante inferiores ao conjunto dos dois períodos imediatamente

¹⁵ Produtividade horária do trabalho é definida pela fórmula: $PROD_{H} = PIB / (N * DAT)$, onde PIB é o PIB real; N é o total de pessoas ocupadas e DAT é a dimensão (medida em horas trabalhadas anuais, em média, por cada trabalhador) da jornada de trabalho anual. Desta forma, pode-se afirmar que a produtividade horária do trabalho varia positivamente com o PIB e negativamente com o produto $N * DAT$.

¹⁶ O produto $N * DAT$ pode ser definido como a massa de horas trabalhadas pelo conjunto da população ocupada em um ano em um país. Desta fórmula decorre que, para cada período considerado, a variação, em pontos percentuais, da produtividade horária do trabalho (em média anual) é igual à variação do PIB menos a variação do estoque de ocupados menos a variação da jornada de trabalho. Cf. Mattos (2000).

¹⁷ Os dados de produtividade revelam apenas a exceção dos EUA, que, no período 1994-2017, exibem uma taxa de variação da produtividade horária do trabalho um pouco superior à dos anos 1980 e 1990; porém, bastante menor do que ocorria nos últimos trinta anos dos Anos Dourados (infelizmente, a base de dados da OECD não disponibiliza informações de jornada de trabalho para anos anteriores a 1960).

¹⁸ Historicamente, a jornada de trabalho tem uma trajetória de redução, salvo momentos de exceção (como ocorreu, por exemplo, em alguns anos nos EUA em meados das décadas de 1980 e de 1990); sendo assim, tudo mais mantido constante (ou seja, para uma dada variação do PIB real anual e para um dado estoque de ocupados), a produtividade horária do trabalho aumenta quando a jornada de trabalho cai.

anteriores que foram selecionados, ou seja, 1973-1983 e 1983-1994, tomados em conjunto. Estes dois últimos períodos exibem comportamento que, do ponto de vista do dinamismo econômico e de seu potencial para promover maior espaço para a repartição dos frutos do desenvolvimento, eram inferiores ao que se observava nos Anos Dourados (simbolizado pelo período 1960-1973).

Tabela 3 - Decomposição da evolução do emprego, produtividade horária do trabalho, PIB e duração da jornada de trabalho

Países selecionados e períodos	Taxa de variação média anual por período (em %)			
	Variação do emprego	Variação do PIB real	Variação da produtividade horária do trabalho	Variação da duração da jornada de trabalho
EUA				
1960-1973	2,00	4,31	2,58	-0,30
1973-1983	1,72	2,06	0,57	-0,23
1983-1994	1,68	2,98	1,01	0,29
1994-2017	0,97	2,10	1,28	-0,15
Alemanha				
1960-1973	0,29	4,35	5,20	-1,10
1973-1983	-0,31	1,60	2,73	-0,80
1983-1994	0,08	2,38	2,88	-0,58
1994-2017	0,67	1,06	0,92	-0,54
França				
1960-1973	0,82	5,19	5,11	-0,73
1973-1983	0,23	2,28	3,15	-1,06
1983-1994	0,25	2,08	2,18	-0,35
1994-2017	0,67	1,41	0,97	-0,23
Itália				
1960-1973	-0,44	5,24	6,52	-0,76
1973-1983	0,66	2,67	2,70	-0,68
1983-1994	0,21	1,43	1,30	-0,08
1994-2017	0,40	1,00	0,94	-0,34
Reino Unido				
1960-1973	0,08	3,23	3,95	-0,78
1973-1983	-0,54	1,08	2,81	-1,15
1983-1994	0,75	2,51	1,71	0,05
1994-2017	0,98	1,85	1,00	-0,13

Fonte: Mattos (2009) até período 1983-1998 (dados da OECD - Economic e Employment Outlook de vários anos); elaboração própria.

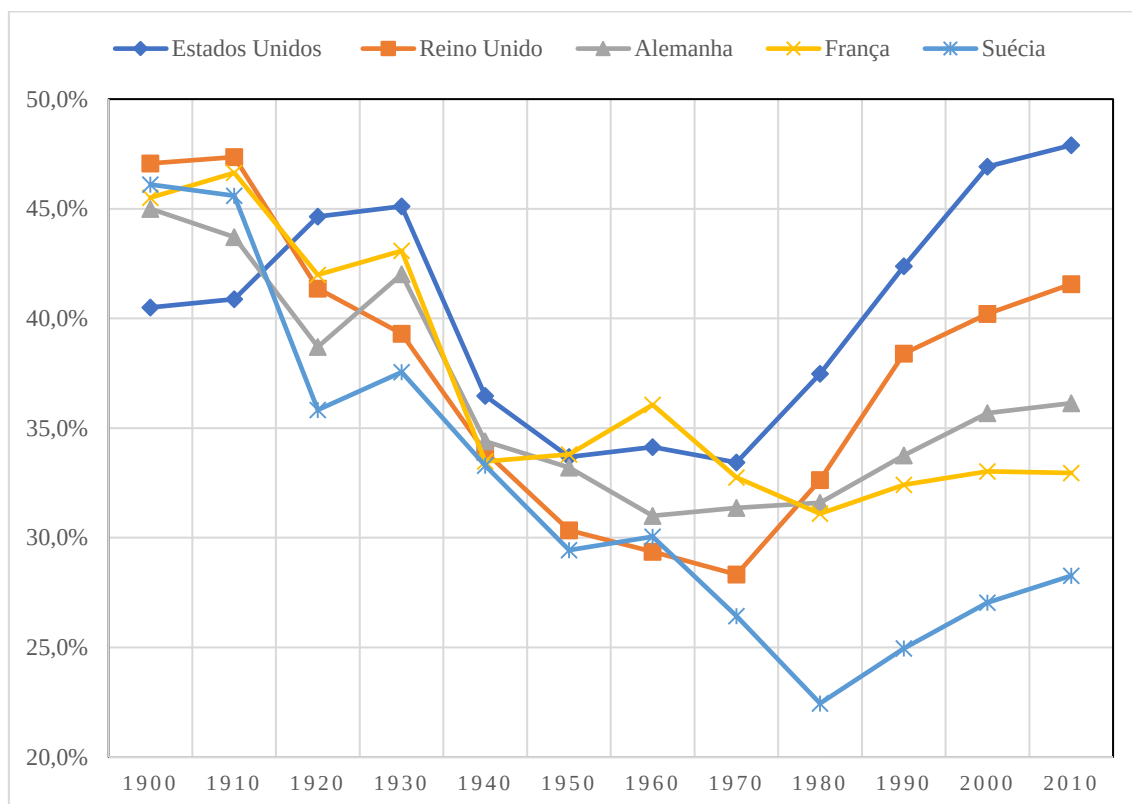
Economic Outlook OECD 2018 para o período 1994-2017.

O cenário acima descrito foi também acompanhado de aumento das taxas de desemprego (MICHIE; WILKINSON, 1994), de deterioração da qualidade dos postos de trabalho (MATTOSO, 1995), e de queda das taxas de sindicalização (GLYN, 2006; MATTOSO, 1995). Foi esse contexto de desaceleração econômica que abriu espaço para a progressiva flexibilização dos mercados de trabalho (STREECK, 2018; MATTOS, 2009; BELLUZZO, 2016), de resto impulsionada pelas mudanças políticas ocorridas a partir do final dos anos 1970, inicialmente no Reino Unido e com o aumento dos juros promovido por Volcker em 1979, nos EUA.

A flexibilização dos mercados de trabalho teve papel decisivo para a ininterrupta expansão da desigualdade ocorrida a partir dos anos 1980. Em entrevista concedida ao jornal Washington Post em 05 de maio de 2012, o economista norte-americano James Galbraith explicita sua interpretação acerca da centralidade das regulações de trabalho para o estudo da desigualdade: “*inequality is a measure of labor market flexibility*”. Em trabalho anterior, Galbraith (2009) já postulava, com base em estudos comparativos em países de diferentes continentes, que medidas de desigualdade poderiam servir como *proxy* de “flexibilidade de mercado de trabalho”. No mencionado artigo, Galbraith revela que, comparando movimentos de regulação das relações de trabalho em diferentes países e avaliando a evolução do desemprego nos mesmos, pode-se perceber uma relação positiva entre desigualdade e desemprego: “*more inequality is associated with more, not less, unemployment*” (GALBRAITH, 2009, p. 198)¹⁹.

¹⁹ Maior desemprego, segundo o autor, conduzia a uma ampliação das desigualdades salariais (e/ou a um aumento das horas trabalhadas, sem promover necessariamente ampliação da taxa salarial das atividades manufatureiras) e deterioração do poder de barganha dos trabalhadores – criando um ambiente propício para a ampliação das desigualdades salariais.

Gráfico 2 - A parcela do décimo superior (Europa e Estados Unidos)



Fonte: WID (World Inequality Database). Elaboração própria.

O gráfico 2 ilustra a trajetória da desigualdade desde o início do século XX, revelando sua redução durante os “anos dourados”, além de deixar claro o movimento ascendente a partir de meados dos anos 1970 ou início dos anos 1980, conforme o caso, nos principais países capitalistas.

A reversão da trajetória dos perfis distributivos dos países acima selecionados é, portanto, resultado do cenário de mudanças na ordem financeira internacional e de seus impactos sobre os mercados de trabalho crescentemente precarizados (MATTOS, 2009). Esse novo desenho do perfil distributivo é reflexo do rompimento do contrato social que vigorou nos tempos da formação do Welfare State. Streeck (2018, p. 99) sustenta que o triunfo do neoliberalismo sobre o capitalismo do pós-guerra significa a perda de poder político da “democracia de massas”.

As mudanças ocorridas na ordem financeira internacional deram ensejo a que fosse se esvaindo a capacidade de as instituições democráticas interferirem na mitigação das desigualdades geradas nos mercados de trabalho. Streeck (2018)

advoga, em sua obra, que esse processo de alteração na ordem capitalista foi consequência de uma mudança nas relações de poder ocorrida primeiro no âmbito dos Estados Nacionais e, mais recentemente, e de forma mais clara, entre uma diplomacia financeira internacional e os países soberanos – de forma diferenciada de acordo com a posição que cada um deles ocupa na ordem geopolítica mundial, evidentemente. Da mesma maneira, estudo de Peetz²⁰ (2018) destaca que o processo de financeirização ocorrido a partir dos anos 1980 representou uma significativa mudança nas relações de poder (em desfavor do Trabalho) dentro das sociedades capitalistas, refletidas e ilustradas, por exemplo, pelos indicadores de distribuição funcional da renda, que revelam uma contínua queda da participação dos salários na renda nacional de todos os países capitalistas desenvolvidos desde 1980.

As diversas dimensões desigualdade econômica se instalam e se ampliam como decorrência do cenário de crescente desproporção entre os benefícios obtidos pelos mercados financeiros (cada vez mais desregulamentados) e pelas grandes corporações (podendo aproveitar-se de trabalho cada vez menos organizado sindicalmente), por um lado, e, por outro, de crescente precarização dos mercados de trabalho, depois de longo período em que foram tomadas seguidas medidas em favor da desregulamentação também das relações de trabalho.

A partir dos anos 2000, aumentou a percepção, nas sociedades nacionais, da crescente desigualdade. Esta realidade gerou ressentimentos e agitações sociais, culminando com as manifestações de protestos como o “*Occupy Wall Street*” e dezenas de outras, em várias cidades americanas e europeias. A maneira pela qual os Estados Nacionais enfrentaram a crise do subprime (ou as consequências dela sobre a solvência de empresas e bancos) promoveriam ainda maior concentração da renda e da riqueza, resultados prontamente percebidos pelas pessoas e a elas informados pela disponibilidade (e divulgação) de dados oficiais. É nesse contexto que os manifestantes levantam a bandeira do “Nós somos os 99%”, que ensejou o fortalecimento do “debate sobre o 1% mais rico”, que já vinha sendo objeto de preocupação na academia e na literatura sobre desigualdade econômica e distribuição de renda desde pelo menos o início do século XXI, através dos estudos Piketty (2001; 2003) sobre a França. Esse pesquisador já alertava para a especial importância, no que diz respeito à análise dos indicadores de distribuição de renda,

²⁰ David Peetz é australiano e professor de “Employment Relations” na Griffith University, sendo PhD em Economia e em Filosofia – esta pela University of New South Wales.

bem como de sua natureza a magnitude, para o que ocorria no topo da pirâmide distributiva.²¹

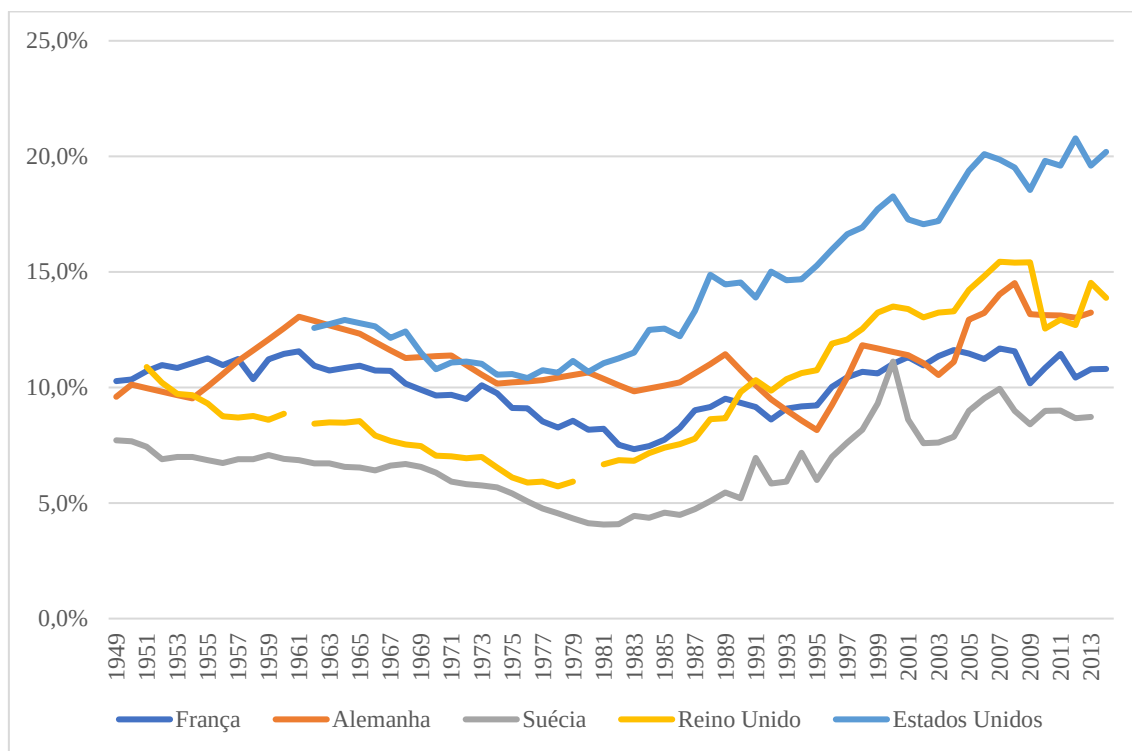
A consolidação da importância desse tema ocorre na medida em que, a cada um dos sucessivos períodos recentes de expansão econômica, os dados revelam que parcela crescente da renda vem sendo apropriada pelo 1% mais rico (PIKETTY; SAEZ, 2013). Esses autores mostram que, entre 1993 e 2000, ou seja, na expansão econômica do período Clinton, que foi, em média, de 4,0% de crescimento real do PIB anual, o 1% mais rico dos EUA absorveu cerca de 45% do total de crescimento da renda do país. Esta parcela, já elevada, aumentaria para 65% entre 2002 e 2007, período de expansão do governo Bush Filho, em que o crescimento foi menor, 3,0% ao ano, em média.²²

Este fenômeno não vem ocorrendo apenas nos EUA. Os dados do Gráfico 3 revelam uma expansão da renda apropriada pelo 1% a partir dos anos 1980 em países selecionados, e mostram ter ocorrido inflexão ainda maior a partir dos anos 2000, notadamente, mas de forma exclusiva, nos EUA.

²¹ Galbraith (2016) apresenta uma excelente resenha sobre esta discussão.

²² Dados mencionados por Atkinson, Piketty e Saez (2011) também ilustram o caráter crescentemente concentrador do Capitalismo Contemporâneo. Mencionando o caso dos EUA, os autores sublinham que, entre 1976 e 2007, o primeiro percentil da distribuição de renda captou cerca de 58% de todo o crescimento da renda do período; no entanto, caso tomemos apenas o período compreendido entre 2002 e 2007, este valor sobe para 65%; ou seja, cerca de dois terços do aumento da renda ocorrido entre 2002 e 2007, nos EUA, foi apoderado pelo 1% mais rico do país. Após a crise do subprime, esse percentual aumentou mais ainda, segundo se pode depreender de estudo de Saez (2015), que mostra, com base em dados oficiais do U.S. Census Bureau of Current Population Report, que, na recuperação de 2009-2012, o 1% mais rico se apoderou de nada menos do que 91% da renda criada!

Gráfico 3 – Parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico



Fonte: World Inequality Database (Elaboração própria).

A magnitude da concentração de renda e de riqueza manifesta a partir especialmente dos anos 2000, bem como o reconhecimento, em diversos trabalhos acadêmicos, da importância das altas rendas do mercado financeiro (quer sejam os “supersalários” (PIKETTY, 2014) dos seus executivos, ou os rendimentos provenientes das variadas modalidades de ativos financeiros acumulados nos últimos anos) têm promovido uma preocupação cada vez maior acerca da relação entre o aspecto pessoal e o aspecto funcional da concentração da renda no chamado debate do “1% mais rico”. Esses estudos, em essência, procuram compreender como se relacionam, de um lado, a concentração da renda e da riqueza, e, de outro, a concentração de poder político e, com ela, as formas de funcionamento da Democracia contemporânea. Para descrever este fenômeno, Winters (2011) cunhou o conceito de “*income defense industry*” para explicar como agentes econômicos se utilizam de “especialistas” (quer sejam advogados tributaristas, ou jornalistas que comentam “economia” nas mídias e também profissionais do meio acadêmico, entre outros) para referendar seus interesses, muitas vezes sancionando (e fazendo disputa ideológica) medidas de política econômica tomadas pelas autoridades monetárias, medidas estas tratadas invariavelmente, pelo discurso

hegemônico, como decisões “técnicas” (e não “políticas”, sendo supostamente neutras do ponto de vista distributivo) por parte desses profissionais a serviço do grande capital. Eis aqui, manifesta no livro de Winters (2011), a nítida necessidade de diálogo entre economistas políticos e cientistas políticos para interpretar a natureza do regime desigualitário atualmente reinante, diante de um cenário ideológico de crescente criminalização da Política²³.

A seguir, postulamos que a importância crescente dos chamados altos rendimentos para interpretar a natureza e magnitude da hiperconcentração de renda dos últimos tempos exige uma análise interdisciplinar no debate sobre desigualdade.

4. Alguns breves comentários sobre a relação entre Economia e Política

Desde meados dos anos 1990, cresce a percepção de que é necessário ampliar o escopo da discussão sobre o caráter econômico da questão da desigualdade. Artigo já clássico de Atkinson (1997) representa um primeiro passo em direção ao reconhecimento da necessidade de se estudar as altas rendas da economia, o que exige não apenas novos desafios metodológicos²⁴, como também um esforço para compreender a ligação entre os mercados de trabalho e os mercados de capitais²⁵ - e seus efeitos distributivos.

²³ Vale registrar um comentário de Streeck (2018) sobre esta questão muito negligenciada pelos economistas, mas de suma importância para compreender os contornos do fenômeno da hiperconcentração da renda e o poderio político do sistema financeiro: “Os proponentes da justiça de mercado procuram impor-se em termos retóricos e ideológicos denunciando a justiça social como “política”, no sentido particularista da palavra, e, portanto, como contaminada ou até corrupta. No entanto, considera-se que a justiça do mercado, dados seu caráter aparentemente impessoal e a alegada calculabilidade em termos de teoria de preços, funciona independentemente da política – portanto, de acordo com princípios universalistas –, sendo, assim, “pura”; isto é, apolítica. Esse tipo de distinções e equiparações há muito penetrou na linguagem comum: é frequente a afirmação de que algo foi decidido “politicamente” ser suficiente para fazer parecer que a decisão favoreceu um determinado grupo de interesses. Os mercados, de acordo com a suposição promovida incansavelmente pelas relações públicas capitalistas, distribuem segundo regras universais, enquanto a política, pelo contrário, distribui segundo o poder e as relações. Ao que parece, é mais fácil ignorar que os mercados, na avaliação do desempenho e na atribuição de remunerações, não consideram a posição inicial desigual de seus participantes – uma vez que tudo isso se baseia na ausência da decisão – do que ignorar as medidas de uma política redistributiva, as quais precisam ser discutidas num processo controverso e implementadas ativamente. Além disso, as *decisões políticas* podem ser atribuídas a determinados decisores ou instituições que podem ser responsabilizadas pelas mesmas, enquanto, aparentemente, as *decisões de mercado* caem do céu, sem intervenção humana – sobretudo quando o mercado se supõe como um estado natural –, e têm de ser – manifestamente, também podem ser – aceitas como destino por trás do qual se esconde um sentido superior, possivelmente acessível apenas a peritos”. (2018; p. 108) (itálicos do autor).

²⁴ Pesquisas domiciliares por amostragem (as mais comumente utilizadas para captar rendimentos pessoais e do mercado de trabalho) não são capazes, dada a sua natureza metodológica, de captar, de forma fidedigna, os altíssimos rendimentos que se tornam cada vez mais habituais sob o Capitalismo do pós-2000, sejam eles provenientes de remunerações do capital financeiro (ou produtivo) ou dos altos salários dos executivos.

²⁵ Cf. Dedecca (2010, p. 14): “As transformações no mundo do trabalho, ao se traduzirem em desemprego e desvalorização salarial, processos que acabaram por se associar a mudanças nas políticas públicas,

Ademais, a crescente complexidade do Capitalismo Contemporâneo, manifesta nas diversas fontes de renda que o caracterizam (conforme se percebe em qualquer análise retrospectiva dos componentes de fontes de renda dos orçamentos familiares e de empresas) (DEDECCA, 2012 a), exigem que se busque também em compêndios das Contas Nacionais e/ou em registros administrativos de declarações de imposto de renda, por exemplo, a compilação mais completa quanto possível das rendas provenientes do Capital²⁶. Da mesma maneira, as rendas provenientes das políticas sociais precisam ser captadas de forma cuidadosa, dada a sua crescente presença nos orçamentos familiares desde pelo menos o advento dos sistemas nacionais de Welfare State. Toda esta miríade de rendimentos está fortemente afetada pela dinâmica da Política e, portanto, das instituições que definem o funcionamento da Democracia. Medidas de tributação, no extremo superior da pirâmide distributiva, e de ampliação das transferências sociais, no outro extremo e no meio da pirâmide distributiva, só para ficarmos em alguns exemplos, fazem parte da realidade das decisões tomadas pelos Poderes Executivo e Legislativo. Todo esse esforço metodológico na captação e no tratamento dos dados de rendimentos das diversas fontes (notadamente os do topo da pirâmide distributiva, onde sua aferição é mais difícil) é fundamental para a compreensão da articulação dos diferentes determinantes da desigualdade econômica contemporânea.

A seguinte passagem de Atkinson (1997, p. 317) ilustra bem o que temos dito

My principal purpose here has been to argue that the economic analysis of the distribution of income is in need of further development before we can hope to give a definitive answer to the questions in which the ordinary person is interested - such as what determines the extent of inequality and why has inequality increased? This does not mean that current economic theory has nothing to contribute. It certainly offers insights into parts of the story, but what is required is for the different elements to be brought together. We need an overall framework, both conceptual and empirical, within which to fit the different mechanisms. The skill shift explanation for wage differentials is valuable, but it is only part of the story. The labour market cannot be seen as totally

expressaram alterações no regime de regulação da sociedade capitalista e, por consequência, no processo de distribuição do excedente gerado”.

²⁶Notadamente os rendimentos provenientes da miríade de ativos financeiros criados no bojo do processo de desregulamentação da ordem financeira internacional, como também diversas origens e formas de rendimentos provenientes do capital produtivo e também decorrentes de posse de ativos como patentes, e outros direitos de propriedade e de exploração de conhecimentos tecnológicos, ganhos com ações etc. Ademais, essas bases oficiais de dados permitem captar, de forma mais fidedigna do que em pesquisas amostrais domiciliares, os verdadeiros valores das remunerações dos altos executivos – os supersalários, segundo Piketty (2014; 2018). Cf. também, sobre as remunerações dos CEOs, Mishel e Wolfe (2019) e Mishel e Kandra (2021).

independent from the capital market. Both economic and political economy explanations have their place.

Da mesma maneira, Milanovic (2019) sublinha a importância da interlocução entre a Economia e a Política no debate sobre a desigualdade, notadamente quando ele destaca como aspectos relacionados ao papel que a tributação da renda, do consumo e do patrimônio afetam ou têm afetado as mudanças dos perfis distributivos do Capitalismo Contemporâneo ou das gerações futuras (como é o caso da tributação das heranças).

Milanovic (2019) pondera que o capitalismo atual tem como característica a crescente concentração da renda (em suas diversas modalidades de rendas provenientes tanto do trabalho como do capital – muitas vezes ambas nas pessoas mais ricas) e da riqueza (em suas diversas formas e modalidades de posse de ativos financeiros ou não-financeiros – incluindo patentes e outras formas de direitos sobre atividades inovadoras), sendo que, no caso desta última, tem peso decisivo a elevada transmissão intergeracional da desigualdade da riqueza (e seus frutos, diferidos no tempo, em termos de fluxos de renda). Ambos os fatores (a crescente desigualdade econômica e sua perpetuação intergeracional), segundo ele pondera, não eram características da “*golden age of social democratic capitalism*”²⁷.

Estudo publicado em coautoria por Milanovic no ano seguinte (BERMAN; MILANOVIC, 2020) permite compreender as transformações que tornam diferentes certas características do capitalismo contemporâneo em relação ao “capitalismo clássico” dos tempos de David Ricardo e Karl Marx. Os autores definem “homoploutia”²⁸ como a situação em que as mesmas pessoas (tanto entre

²⁷ O capítulo 6 de Piketty (2014) compara a relação renda do capital/renda nacional através dos tempos, revelando-se em 1940 o patamar mais baixo da série histórica, mantendo-se assim até meados dos anos 1950; no capítulo 7, ele mostra que é menor o peso das heranças no total do estoque de capital nos anos 60 e 70 em comparação com as décadas mais recentes, e no capítulo 11, Piketty discute especialmente as heranças e o papel da tributação, mostrando que a alta tributação dos anos dourados gerou uma menor desigualdade das rendas do capital nas décadas seguintes, trajetória que se inverteria progressiva e crescentemente a partir dos anos 1980.

²⁸ Nas palavras dos autores: “*Homoploutia describes the situation in which the same people (homo) are wealthy (ploutia) in the space of capital and labor income in the same country. It can be quantified by the share of capital-income rich who are also labor-income rich*” (p. 1). A parcela pode ser definida de forma arbitrária, e tomada como medida de acordo com o critério definido. A maneira mais habitual de quantificar a *homoploutia* se dá pelos estratos de 10% mais ricos de cada distribuição (de renda do trabalho e de renda do capital), definida pela notação “top 10K-top10L” ou então simplesmente “H10,10”. Ou seja, a notação H10,10 significa quantificar, a cada momento histórico (ou simplesmente ano-calendário), em cada país, qual é o percentual das pessoas que estão entre as 10% das maiores rendas provenientes do capital que também fazem parte das 10% de maiores rendas provenientes do trabalho.

os detentores de renda proveniente do capital, como entre os detentores de renda auferida do trabalho) ocupam as posições mais altas nas respectivas pirâmides distributivas dos diversos países. Os dados apresentados pelos autores mostram que a proporção de pessoas que ocupam os respectivos topos da distribuição da renda do trabalho e da renda do capital tem aumentado de forma significativa nos últimos anos. Ou seja, as transformações ocorridas na ordem financeira internacional nas últimas décadas e seus impactos sobre os padrões de acumulação capitalistas distinguem, cada vez mais, o capitalismo contemporâneo daquele dos seus primórdios, estudado pela economia política clássica, quando os capitalistas não só eram mais ricos do que os trabalhadores, mas também derivavam toda sua renda da posse de ativos produtivos e da exploração da mão de obra.

Ou seja, segundo Berman e Milanovic (2020), sob o capitalismo clássico a distribuição da renda estava claramente vinculada à posição que cada pessoa ocupava no processo de produção. Os autores também lembram que vários estudos recentes têm revelado aumento do peso das rendas do capital na distribuição funcional da renda, o que leva também a uma ampliação das desigualdades interpessoais de renda, uma vez que as rendas do capital são mais concentradas do que as rendas do trabalho. Seus dados mostram que esse fenômeno tem ocorrido ao mesmo tempo em que se amplia a *homoploutia*, ou seja, a coincidência de pessoas que ocupam, simultaneamente, altos postos no topo da distribuição da renda do trabalho e também no topo da distribuição da renda do capital.

Vale ainda destacar que, ao analisar os fatores que impulsionaram a “*homoploutia*” nestas últimas décadas, Berman e Milanovic (2020) acabam, na prática²⁹, reforçando nosso argumento acerca da necessidade de agregar aspectos políticos e sociais aos econômicos para interpretar a natureza, a magnitude e a resiliência da trajetória recente da desigualdade econômica. Os autores lembram que um dos principais fatores a promover a expansão da “*homoploutia*” decorre do fato de que tem crescido o número de executivos, nas últimas décadas, que auferem altíssimos salários (ademais, cada vez mais distantes aos dos salários dos operários ou trabalhadores de escritório comuns³⁰), poupam grande parte deles, aplicando-os em ativos financeiros para, em seguida, tornarem-se também recebedores de altos

²⁹ Aparentemente, sem que fosse uma intenção explícita dos autores.

³⁰ Vários estudos publicados em série pelo Economic Policy Institute se debruçam sobre este aspecto específico da desigualdade contemporânea. Cf., pelo menos, Mishel e Kandra (2021) e Mishel e Wolfe (2019) – cuja comparação capta, inclusive, os movimentos dos últimos anos.

rendimentos na forma de renda do capital. Da mesma forma, o advento de heranças cada vez mais robustas (e cada vez mais isentas de tributação) também tem ampliado a “*homoploutia*” nas últimas décadas, reforçando e perpetuando as desigualdades econômicas intergeracionais. Ainda segundo o referido estudo, essas formas de reprodução da renda e da riqueza têm um impacto que se auto reforçam, favorecendo as famílias já bem abastadas, tanto nas relações sociais estabelecidas, como no financiamento de educação diferenciada, que coloca as crianças destas famílias em postos de trabalho que, no breve futuro, vão permitir que elas continuem reproduzindo esses mecanismos de acumulação de rendimentos de diversas fontes – renda altas do trabalho e rendas elevadas do capital.

Os autores não comentam no referido estudo, mas trabalhos anteriores de Milanovic bem como de diversos outros autores ressaltam que esses mecanismos de ampliação, transmissão e perpetuação das diversas formas de desigualdade econômica resultaram, de forma decisiva, de medidas tributárias que aliviaram os ricos e as grandes empresas e instituições financeiras de pagamentos de impostos que, durante os anos dourados, incidiam com elevadas alíquotas para esses grupos sociais³¹. Estas medidas de “alívio tributário” foram decididas nos Parlamentos dos diversos países. Ou seja, uma questão nitidamente política e que envolve a dinâmica das relações de poder nas sociedades contemporâneas.

A interpretação da dinâmica das relações de poder, portanto, é essencial para compreender as transformações do capitalismo contemporâneo pelas lentes do que ocorre nos indicadores de desigualdade econômica e social, demandando o que chamaremos aqui de abordagem estruturalista. A abordagem estruturalista a respeito da evolução da desigualdade informa acerca das mudanças da composição da riqueza à medida que fatores geopolíticos, ideológicos e econômicos afetam as instituições e definem os diferentes perfis distributivos ao longo dos tempos. A leitura de Palma (2009) vai nesse sentido, ao discutir como o neoliberalismo, hegemônico a partir dos anos 1980, vem definindo o desenho recente e as perspectivas futuras dos perfis distributivos. A principal contribuição de Palma reside na interpretação da maneira pela qual os ganhos de produtividade do

³¹ Piketty (2014) destaca, por exemplo, que até os anos 1970, nos EUA, as alíquotas marginais para os altos rendimentos chegavam a patamares de até 90%, tendo sido reduzidas drasticamente desde o mandato de Reagan, sem que tivesse sido novamente revertidas nos governos seguintes, inclusive nas gestões do Partido Democrata.

conjunto das economias nacionais são repartidos pelas classes sociais - em desfavor dos trabalhadores.

Na seguinte passagem, Dedecca (2012b, p. 458-459) - de certa forma em linha com a abordagem de Palma - nos ajuda a compreender o que estamos tentando dizer:

O progressivo fortalecimento das políticas monetária e fiscal de natureza ortodoxa, isto é, centralizadas no manejo da taxa de juros e no controle do déficit público, em um período de rápidas transformações tecnológicas na produção e nas finanças que foram rompendo as fronteiras nacionais, pressionou negativamente, de um lado, as remunerações do trabalho e, de outro, o orçamento da política de proteção social e do trabalho. A desvalorização dos salários e a crescente orçamentária às políticas de proteção se traduziram em mudanças nas instituições e no regime de regulação, com resultados desfavoráveis na distribuição de renda do trabalho e no acesso a bens públicos, referências relevantes para o controle das desigualdades durante o período de crescimento e desenvolvimento do pós-guerra nos países desenvolvidos. Do ponto de vista do padrão de acumulação de capital, plasmou-se um processo de financeirização da riqueza que se traduziu em um ambiente mais complexo de distribuição desigual da renda nesses países.

Estas medidas de redução da proteção social, bem como medidas tributárias em favor das rendas do capital ou das empresas (e não dos trabalhadores) representam, essencialmente, decisões políticas com claros efeitos econômicos³². O cotejamento das fases pré-Bretton Woods e pós-Bretton Woods revelou uma diferença clara na postura das instituições que moldam a Democracia no que se refere aos seus efeitos sobre a distribuição de renda, notadamente aquela renda calculada após a incidência de impostos diretos e de transferências sociais³³.

O papel das instituições democráticas para a definição dos resultados distributivos dos Anos Dourados precisa ser contextualizado de uma forma mais robusta, conforme ensina a obra recente lançada por Scheidel (2020), que apresenta um notável estudo antropológico sobre a História da Desigualdade desde o surgimento da Humanidade. Para o autor, momentos de queda consistente da desigualdade estiveram invariavelmente marcados por pelo menos um entre quatro

³² A seguinte passagem de Dedecca (2010) é cristalina a esse respeito: “Um aspecto peculiar do movimento recente é que a desvalorização do trabalho não tem sido realizada em um ambiente de ausência de democracia, pelo menos formal. Ao contrário, a regressão na distribuição do excedente tem sido chancelada pelas instituições públicas. As mudanças no regime de regulação têm sido validadas por estas instituições” (p. 15).

³³ São as chamadas rendas líquidas ou rendas disponíveis, em comparação com as rendas brutas, ou rendas primárias geradas nos mercados de trabalho do setor privado. Para uma descrição destes conceitos, ver OECD (2018, 2019).

tipos diferentes de rupturas violentas, que ele alcunha de Quatro Cavaleiros do Nivelamento: “as guerras com mobilização em massa, as revoluções transformadoras, as falências do Estado e as pandemias letais” (SCHEIDEL, 2020, p. 18).

O caso específico do pós-Segunda Guerra relaciona-se ao primeiro dos fenômenos alinhavados acima, em um cenário geopolítico marcado pela Guerra Fria, e em contextos políticos internos de todos os países diretamente envolvidos em mobilização militar em massa (e mesmo também entre os países não diretamente envolvidos, como ele alerta) que acabariam levando, em maiores ou menores graus, após o encerramento da II Guerra, à adoção de políticas econômicas nas quais o pleno emprego, o aumento da carga tributária (obtido de forma progressiva, ou seja, taxando especialmente os mais ricos), a expansão dos mercados internos, bem como a oferta de serviços públicos tiveram papel predominante, em contexto ideológico então delimitado pela descrença no Liberalismo, que tinha sido o pensamento econômico hegemônico durante as décadas de catástrofes da primeira metade do século XX, conforme lembra Hobsbawm (1995).

O argumento central de Scheidel (2020) é que as políticas econômicas e sociais adotadas durante os chamados *Anos Dourados* relacionaram-se muito mais aos efeitos políticos dos conflitos do que à própria existência da Democracia em si – notadamente entre os países mais envolvidos nos conflitos:

Isso era ainda mais verdadeiro para os países que lutaram nas guerras mundiais. Uma cadeia comum de acontecimentos serviu para reduzir a desigualdade e, em seguida, manter ou, em muitos casos, reforçar ainda mais o nivelamento dos tempos de guerra: perda de capital para a destruição, a expropriação ou a inflação; declínio dos retornos do capital em decorrência de intervenções políticas, tais como a política tributária e os controles sobre aluguéis, preços, salários e dividendos; e o compromisso do pós-guerra com a continuação de uma tributação elevada e progressiva. Dependendo das circunstâncias políticas, militares e econômicas de cada país, o nivelamento podia ser repentino ou mais gradativo, concentrado durante os anos de guerra ou adiado para crises do pós-guerra, ou, ainda, estendido por períodos mais longos. Contudo, o resultado era sempre o mesmo, independentemente de os países saírem vitoriosos ou derrotados, sofrerem ocupação durante ou depois da guerra, serem democracias ou governados por regimes autocráticos. A mobilização em massa para fins de violência em massa foi o motor de uma transformação transnacional da distribuição da renda e da riqueza. (SCHEIDEL, 2020, p. 184-5).

O registro desta longa passagem de Scheidel se justifica pela contribuição que ela oferece a uma análise da trajetória da desigualdade para qualquer momento histórico, mas que se revela inovadora para o período que este artigo analisa. Fica também registrado que o senso de solidariedade social instigado pelos sofrimentos da guerra, bem como a mudança da correlação de forças entre empresários e trabalhadores representaram fatores decisivos para que políticas adotadas durante a II Guerra fossem mantidas (e alteradas, em seu escopo) após o encerramento dos conflitos – mesmo antes que as instituições democráticas estivessem plenamente estabelecidas na maioria dos países após o caos gerado pela II Guerra.

Em parte, estas conclusões de Scheidel se ancoram (e avançam) na interpretação de Piketty (2014) específica para o período das guerras do século XX e seus efeitos sobre a desigualdade. A seguinte passagem de Piketty (2014) é também bastante ilustrativa do papel da Política para a interpretação daquele cenário:

Na verdade, os choques orçamentários e políticos das guerras tiveram um papel ainda mais destrutivo para o capital do que os próprios combates. Além da destruição física, os principais fatores que explicam a queda vertiginosa da relação capital/renda entre 1913 e 1950 são, de um lado, o colapso das carteiras de ativos externos e a baixa poupança que caracterizava o período (somados às destruições, esses dois fatores acumulados explicam entre dois terços e três quartos da queda) e, de outro, os baixos níveis dos ativos em vigor no novo contexto político de propriedade mista e regulada do pós-guerra (entre um quarto e um terço da queda). (PIKETTY, 2014, p. 147).

Na sua obra de fôlego seguinte, Piketty (2020) também interpreta a questão da desigualdade (analisada como “a estrutura da desigualdade” ao longo dos séculos) sob uma perspectiva histórica, mostrando um amadurecimento intelectual em relação ao livro de 2014, notadamente no que se refere ao papel do poder político na conformação dos perfis distributivos do capitalismo, dos anos 1980 aos dias atuais. E também exibe maior descrença do que na mencionada obra anterior a respeito do papel atualmente exercido pelos regimes democráticos para (pelo menos) estancar ou mesmo subverter a trajetória da desigualdade de renda e de riqueza que vem ocorrendo nas últimas décadas. Claramente, Piketty (2020) revela sua decepção com o desgaste do papel que a Democracia chegara a exibir durante os Anos Dourados para reduzir as desigualdades econômicas, contrastando com o que viria a partir dos anos 1980. A seguinte passagem é bastante ilustrativa e representa uma reflexão mais pessimista em relação ao livro de 2014:

Todas as trajetórias históricas estudadas neste livro mostram quanto a estrutura da desigualdade está intimamente ligada à forma do regime político em vigor. Quer se trate das sociedades trifuncionais antigas ou das sociedades proprietárias surgidas no século XIX, ou ainda das sociedades escravocratas ou coloniais, o modo de organização do poder político permite que um certo tipo de regime desigualitário perdure. Desde meados do século XX, algumas vezes acreditamos que as instituições políticas das sociedades ocidentais teriam alcançado uma espécie de perfeição insuperável, sob a forma de democracia eleitoral e parlamentar. Na realidade, esse modelo é eminentemente aperfeiçoável, e cada vez mais contestado (PIKETTY, 2020, p. 856-857).

O que se conclui desta seção é que é necessário estabelecer um diálogo interdisciplinar entre Democracia e Capitalismo ou entre Democracia e (Des)Igualdade, ou mesmo entre “globalização” (NAYYAR, 2015)³⁴ e Democracia. A necessidade deste debate não se deve apenas ao fato de ser essa discussão um tema-chave e clássico do debate político, mas também devido à compreensão de que a natureza, a magnitude e a complexidade do recente processo de concentração de renda e de riqueza assim o exige. É nesse sentido que a análise da evolução dos perfis distributivos dos principais países capitalistas desde a Segunda Guerra Mundial aos dias atuais ilustra a necessidade de se estabelecer uma análise estruturalista (como faz Palma, entre outros autores) do fenômeno da distribuição de renda e demanda uma interpretação interdisciplinar das desigualdades – o que reforça o argumento central deste artigo: o diálogo entre a Ciência Política e a Economia Política é imprescindível.

5. Conclusões

As duas primeiras seções deste artigo procuraram descrever como as principais mudanças ocorridas na ordem financeira internacional a partir do final da segunda guerra mundial promoveram alterações não somente no padrão de acumulação de capital como também nos regimes de regulação das sociedades

³⁴ Nayyar (2015) comenta que a expansão recente da desigualdade (ou seja, a exacerbação do caráter excludente do capitalismo do século XXI) tem ocorrido justamente em um período marcado, contraditoriamente, pelo que ele chamou de “aumento da democracia política entre os países”, ocorrida na esteira do processo de globalização mundial - a qual, segundo reconhece o autor, promove aumento da pobreza em muitos países, como ele deixa claro em suas palavras: “*Globalization has been associated with simultaneous, yet asymmetrical, consequences for countries and for people. There is an inclusion for some and an exclusion, or marginalization, for many. There is affluence for some and poverty for many. There are some winners and many losers. And there is an exclusion of people, as also countries, from the process. Beyond the economic, globalization has added a new dimension to the exclusion of people from development*” (NAYYAR, 2015, p. 398).

capitalistas, gerando efeitos importantes sobre os circuitos de geração de renda e de repartição do excedente econômico, de tal forma que a partir dos anos 1980 ocorreu um expressivo processo de concentração de renda e de riqueza nos países desenvolvidos – revertendo o desenho que havia ficado celebrizado nos anos 1950 aos anos 1970 como a chamada curva de Kuznets³⁵.

A partir do final dos anos 1990 já estavam em discussão os efeitos das mudanças de gestão das políticas econômicas (ocorridas na maioria dos países ocidentais, iniciando-se nos EUA e na Grã-Bretanha) sobre os perfis distributivos e o bem-estar das suas populações. As crises sistêmicas dos anos 2000 e a divulgação de dados sobre distribuição de renda viabilizada por novas técnicas de obtenção e análise de estatísticas econômicas adotadas por grupos de pesquisa sobre o tema (como os de Piketty e de Galbraith, por exemplo) tornaram evidentes não só a magnitude sem precedentes da concentração funcional e pessoal da renda, como também a necessidade de os estudos sobre desigualdade incorporarem um esforço interdisciplinar para compreender os parâmetros definidores daquela realidade econômica e social. Entre os economistas políticos e demais pesquisadores sociais de pensamento crítico ao capitalismo, como alguns cientistas políticos que tiveram alguns de seus principais estudos mencionados e analisados neste artigo, tornava-se clara a necessidade de compreender o papel da ordem financeira e geopolítica internacional, bem como das instituições democráticas nacionais, para a conformação da “nova” (em comparação ao que ocorrera durante os Anos Dourados) trajetória dos perfis distributivos. Mais do que isso, fica evidente que somente uma análise interdisciplinar é capaz de compreender como a “nova” (pós-1980) configuração do cenário internacional, as novas formas de concorrência capitalista, a mudança na divisão internacional do trabalho e, principalmente, o caráter cada vez mais financeiro da valorização do capital moldaram alterações (1) no regime de regulação das sociedades e (2) no padrão de acumulação capitalista e

³⁵ Curva de Kuznets ou curva do “U” invertido, é o nome dado por comentadores do artigo clássico (KUZNETS, 1955) que até hoje é motivo de debate quando se trata de discutir a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. No referido estudo, o economista bielorrusso radicado nos EUA apresenta um modelo no qual postula que, em fases iniciais do processo de desenvolvimento econômico, a desigualdade na distribuição de renda tende a aumentar, revertendo-se em seguida à medida que se consolida a migração e pessoas de setores mais atrasados para setores mais modernos dos mercados de trabalho. Redigido no auge do período de prosperidade com equidade nos países capitalistas, a “curva de Kuznets” parecia mesmo ter uma validade incontestável. No entanto – como visto neste artigo –, a partir dos anos 1980, os indicadores de desigualdade nos perfis distributivos voltaram a crescer, abrindo espaço para a literatura postular estar então em curso uma “reversão” da curva de Kuznets. Para uma análise crítica e mais abrangente do que a habitual acerca dos parâmetros e validades do artigo célebre de Kuznets (1955), ver: Mattos (2021).

na maneira pela qual estes dois fatores impactaram o perfil, a magnitude e a natureza das trajetórias de distribuição de renda e de riqueza dos últimos tempos (e que parecem estar longe de serem obstaculizados em sua crescente expansão desigualitária, conforme se depreende das visões pessimistas encontradas, pelo menos, nas obras recentes de estudiosos de truz como Piketty e Scheidel).

Os estudos mencionados neste artigo exibem, com motivos e argumentos variados, uma nítida descrença na “convivência” entre Capitalismo e Democracia, ou, o que é quase o mesmo, um declarado ou implícito ceticismo quanto à capacidade de as instituições democráticas atuais colocarem limites a esse processo de contínua e crescente concentração dos frutos do excedente econômico na maioria dos países, com os impactos sociais e políticos conhecidos, além também dos efeitos nocivos para o próprio dinamismo do Capitalismo (STIGLITZ, 2013). Esse ceticismo revelado em várias obras recentes sobre desigualdade econômica encontraram guarida em movimentos sociais e protestos ocorridos notadamente a partir da compreensão, por parte dos cidadãos, de que os programas de recuperação promovidos pelos Estados Nacionais após as crises sistêmicas ocorridas nos anos 2000³⁶ foram exitosos, sim, em salvar da falência a maioria das empresas e das instituições financeiras, mas deixaram às pessoas comuns, aos “homens e mulheres das ruas” (STRECK, 2018) os maiores ou os exclusivos ônus pela instabilidade cada vez maior do Capitalismo.

O que este artigo procura mostrar, portanto, é que não há relação “biunívoca” (isto é, sem mediações), entre Capitalismo (ou “globalização”) e Democracia (ou desigualdade). Esta relação depende de muitos fatores institucionais, construídos na dinâmica do funcionamento da ordem financeira mundial, da geopolítica e dos respectivos padrões de acumulação de capital nos diversos países, conforme os trabalhos acadêmicos de Streeck, Piketty e James Galbraith (para ficarmos em apenas alguns excelentes exemplos) têm demonstrado nos últimos anos. O que podemos concluir – evitando uma interpretação “fácil” e, no limite, panfletária, advogando uma suposta incompatibilidade entre Democracia e Capitalismo, ou entre Democracia e Desigualdade – é que, conforme mostraram esses autores e muitos outros, é possível amadurecer uma interpretação sobre o papel da Política (e da Geopolítica) e da Democracia na definição dos perfis distributivos, avaliando como as instituições democráticas e os mecanismos de

³⁶ Ponto com (início do século); subprime (2008/9); covid (2021/22).

geração de rendimentos (de todas as fontes – e não só da renda do trabalho, como era mais comum nos estudos sobre desigualdades dos anos 50 a 70), em uma economia capitalista, definem o perfil distributivo de uma sociedade capitalista.

A contribuição de Scheidel (2020) apresenta fatores muito importantes e inovadores (notadamente em comparação a contribuições de economistas, mesmo os mais críticos) para contextualizar a relação entre democracia e os regimes distributivos do período que é tema deste artigo.

As reflexões expostas neste artigo e os autores nele citados permitem afirmar que todos eles, cada um ao seu modo, destacam que a geração da renda e principalmente a maneira pela qual ela foi sendo repartida foram sempre fortemente definidas pelo cenário internacional e pela geopolítica vigente em cada época – e pelos efeitos sobre as instituições que conformam a Democracia representativa. Os Anos Dourados, com todos os bons resultados apresentados, incluindo os efeitos auto reforçadores de fortalecimento da Democracia e redução da desigualdade, podem ser interpretados, de todo modo, como um momento excepcional na História do Capitalismo. No entanto, a consolidação e a existência da democracia representativa daquele período foram sim fundamentais (mas não um fator exclusivo ou suficiente, conforme nos ensinou Scheidel) para os resultados distributivos obtidos. Estes resultados persistiram por cerca de três décadas, para depois serem proscritos pelos “rentistas” (STREECK, 2018), cenário que envolveu um processo de transformações na ordem internacional, com efeitos sobre a hegemonia ideológica e impactos sobre os raios de manobra para a execução das políticas econômicas nacionais (incluindo as políticas sociais, evidentemente) – prejudicando o “povo do Estado” (assalariados e cidadãos comuns) (STREECK, 2018).

Parece mesmo que a marca destes anos de extraordinária expansão da desigualdade que marca os anos 2000 é a “democracia domesticada pelos mercados” (STREECK, 2018, p. 157) e o esvaziamento da Política – e, portanto, da própria ideia de Democracia representativa tal qual a concebemos nas últimas décadas.

Referências

ALVAREDO, F. *et al.* The top 1 percent in international and historical perspective. *Journal of Economic Perspectives*, v. 27, n. 3, p. 3-20, 2013.

ATKINSON, A. B. *Incomes and the Welfare State: essays on Britain and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ATKINSON, A. B. Bringing income distribution in from the cold. *The Economic Journal*, v. 107, n. 441, p. 297-321, 1997.

ATKINSON, A. Measuring top incomes: methodological issues. In: Atkinson, A.; Piketty, T. (Orgs.). *Top Incomes over the Twentieth Century*. United Kingdom: Oxford University Press, 2007.

ATKINSON, A.; PIKETTY, T. (Orgs.). *Top Incomes over the Twentieth Century*. United Kingdom: Oxford University Press, 2007.

ATKINSON, A.; PIKETTY, T. (Orgs.). *Top Incomes: a global perspective*. United Kingdom: Oxford University Press, 2010.

ATKINSON, A.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes in the Long Run of History. *Journal of Economic Literature*, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.

BELLUZZO, L. G. O despotismo dos estoques. *Carta Capital*, n. 26, jun. 1996.

BELLUZZO, L. G. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. Campinas: Ed. da Unesp; Ed. FACAMP, 2009.

BELLUZZO, L. G. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

BERMAN, Y.; MILANOVIC, B. *Homoploutia: top labor and capital incomes in the United States, 1950-2020*. Stone Center on Socio-Economic Inequality, The Graduate Center - City University of New York, dec. 2020. (Working paper series, n. 28).

BOUSHEY, H.; PRICE, C.C. How are economic inequality and growth connected? A review of recent research. *Washington Center for Equitable Growth*, oct. 2014.

BOWLES, S.; BOYER, R. A wage-led employment regime: income distribution, labour discipline and aggregate demand in welfare capitalism. In: MARGLIN, S.; SCHOR, J. (Eds.). *The golden age of capitalism*. Oxford: Clarendon Press, p. 187-217, 1990.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

DEDECCA, C. S. *Trabalho, financeirização e desigualdade*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2010. (Texto para discussão, n. 174).

DEDECCA, C.S. Desigualdade, mas de qual falamos? *Revista de Economia Política*, v. 32, p. 55-71, 2012 (a).

DEDECCA, C. S. Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 449-484, 2012 (b).

EICHENGREEN, B. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

EPSTEIN, G.; SCHOR, J. B. Macropolicy in the rise and fall of the golden age. *In: MARGLIN, S.; SCHOR, J. (Eds). The golden age of capitalism*. Oxford: Clarendon Press, p.126-152, 1990.

GALBRAITH, J. K. Inequality, unemployment and growth: new measures for old controversies. *Journal of Economic Inequality*, n.7, p. 189-206, 2009.

GALBRAITH, J. How economists have misunderstood inequality: an interview with James Galbraith. *The Washington Post*. Washington D.C., May, 3, 2012.

GALBRAITH, J. K. *Inequality: what everyone needs to know*. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

GALBRAITH, J. K. Extreme inequality creates global disorder: and it's a problem that can only have a political solution. *The Nation*, New York City, jun. 22, 2018. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/extreme-inequality-creates-global-disorder/> Acesso em: 05 fev. 2020.

GLYN, A. A social-democracia e o pleno emprego. *Política Externa*, v. 4, n. 2, São Paulo: Ed. Paz e Terra, p. 54-79, 1995.

GLYN, A. Imbalances of global economy. *New Left Review*, v. 34, p. 5-37, 2005.

GLYN, A. *Capitalism unleashed: finance, globalization and welfare*. United Kingdom: Oxford University Press, 2006.

GLYN, A. *et al.* The rise and fall of the golden age. *In: S. MARGLIN; SCHOR, J. The golden age of capitalism*. Oxford: Clarendon Press, p. 39-125, 1990.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KEISTER, L. A. The one percent. *The Annual Review of Sociology*, v. 40, p. 347-367, 2014.

KINDLEBERGER, C. The International Corporation: a symposium. Boston: The MIT Press, 1970.

KOZUL-WRIGHT, R. Transnational corporations and the nation state. In: MICHIE, J.; SMITH, J. (Eds.). *Managing the global economy*. United Kingdom: Oxford University Press, p. 135-171, 1995.

KREGEL, J. A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. *Economia e Sociedade*, n. 7, p. 29-49, 1996.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LEE, C. S. Income inequality, democracy, and public sector size. *American Sociological Review*, v. 70, p. 158-181, 2005.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.

MATTOS, F. A. M. Lições do capitalismo organizado: o mercado de trabalho do Pós-Guerra nos países capitalistas centrais. *Ensaíos FEE*, v. 18, n. 1, p. 122-147, 1997.

MATTOS, F. A. M. Jornada de trabalho: o exemplo europeu. *Nova Economia*, UFMG, Belo Horizonte, v. 10, p. 117-143, 2000.

MATTOS, F. A. M. Flexibilización de los mercados de trabajo europeos: una historia más de fracaso del modelo neoliberal. *Investigación Económica*, Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, v. 64, n. 252, p. 21-62, 2005.

MATTOS, F. A. M. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Ed. Annablume, 2009.

MATTOS, F. A. M. A relevância da obra de Simon Kuznets para o debate sobre distribuição de renda desde o pós-segunda guerra. *Economia Ensaíos*, v. 36, p. 1-27, 2021.

MICHIE, J.; WILKINSON, F. The growth of unemployment in the 1980s. In: MICHIE, J.; SMITH, J. G. (Eds.). *Unemployment in Europe*. Londres: Academic Press, p.11-31, 1994.

MISHEL, L.; KANDRA, J. CEO Pay skyrocketed 1,322% since 1978 – CEOs were paid 351 times as much as a typical worker in 2020. *Economic Policy Institute*, Washington, Aug. 2021.

MISHEL, M.; WOLFE, J. CEO Compensation has grown 940% since 1978 – typical worker compensation has risen only 12% during that time. *Economic Policy Institute*, Washington, aug. 2019.

MILANOVIC, B. *Capitalism, alone: the future of the system that rules the world*. Massachusetts: Harvard University Press, 2019.

MORLIN, G. S.; BASTOS, C. P. Inflação, salários e conflito distributivo durante a golden age do capitalismo e o caso dos países com negociações centralizadas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 46., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: ANPEC, 2018.

NAYYAR, D. Globalization and democracy. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 35, n. 3 (140), p. 388-402, jul.-sep. 2015.

OECD. *Employment outlook*. OECD, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/els/oecd-employment-outlook-19991266.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

OECD. *Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*. OECD, 2008. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/soc/41527936.pdf> Acesso em: 05 jan. 2019.

PALMA, J. G. The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports of the end of the history turned out to be premature. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, p. 829-869, 2009.

PIKETTY, T. *Les hauts revenus en France au XXeme siècle: inegalites et redistributions 1901-1998*. Paris: Grasset, 2001.

PIKETTY, T. Income inequality in France, 1901-1998. *Journal of Political Economy*, v. 111, n. 5, p.1004-1042, 2003.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio De Janeiro: Ed. Intrínseca, 2020.

PIKETTY, T. *Uma breve história da igualdade*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2022.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. The evolution of top incomes: a historical and international perspective. *American Economic Review*, v. 96, n. 2, may. 2006. (AEA papers).

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes and the great recession: recent evolutions and policy implications. *IMF Economic Review*, v. 61, n. 3, p. 456-478, 2013.

PEETZ, D. The labour share, power and financialisation. *Journal of Australian Political Economy*, n. 81, p. 33-51, 2018.

RESENDE, A. L. *Devagar e simples: economia, Estado e vida contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHEIDEL, W. *Violência e a história da desigualdade: da idade da pedra ao século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SAEZ, E. *Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States* (updated with 2013 preliminary estimates). California: UC Berkeley, jan. 2015.

STIGLITZ, J. *The price of inequality: how today's divided society endangers our future*. New York; London: W.W. Norton & Company, 2013.

STREECK, W. The crisis of democratic capitalism. *New Left Review*, v. 71, p. 5-29, 2011.

STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

TRIFFIN, R. *Gold and the dollar crisis: the future of convertibility*. New Heaven: Yale University Press, 1960.

UNU-WIDER. *World income inequality database* (WIID3.4). 2017. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/database/world-income-inequality-database-wiid34>. Acesso em: 03 jan. 2020.

WADE, R. The strange neglect of income inequality in economics and public policy. In: CORNIA, G. A.; STEWART, F. (Eds.). *Towards human development: new approaches to macroeconomics and inequality*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 99-121.

WINTERS, J.A. *Oligarchy*. Cambridge University Press, 2011.